

# Apresentação



Clarice Moura Costa  
Ana Cristina Figueiredo

O ser humano é multifacetado e precisa de um mínimo de satisfação em suas diversas dimensões – emocional, intelectual, social, familiar, profissional. Tratando-se de pessoas com transtornos mentais, a própria situação impõe dificuldades na realização dessas dimensões. Durante muitos anos, a psiquiatria tendeu a focalizar apenas a doença, procurando a remissão de sinais e sintomas, e deixando de lado o que se poderia oferecer ao paciente, para que este, de algum modo, ultrapassasse sua condição.

A instituição psiquiátrica tradicional tinha como protagonista o psiquiatra, com seu arsenal de tratamentos. Os demais atores na cena recebiam papéis secundários, considerados de pouca importância. A terapia ocupacional, cujas atribuições foram a base das atuais oficinas terapêuticas, era concebida como um “ocupacionismo” que contribuía para assegurar ao paciente e ao ambiente psiquiátrico certo nível de tranquilidade. Os pacientes eram encaminhados à musicoterapia, por exemplo, com as palavras “vai para a bandinha” ou “música mal não faz”, sem que a possibilidade de expressão por intermédio da música fosse de fato valorizada como um instrumento terapêutico, propiciador de recursos na estabilização da psicose.

Na última década, o movimento da reforma psiquiátrica vem questionando essa abordagem que tendia a cronificar a doença. Esse movimento visa restabelecer a cidadania da pessoa com transtornos mentais através da desconstrução do modelo asilar. No novo modelo proposto, as oficinas passam a exercer papel primordial, tanto como elemento terapêutico quanto como promotoras de reinserção social, por meio de ações que envolvem o trabalho, a criação de um produto, a geração de renda e a autonomia do sujeito. É preciso, no entanto, estar constantemente revendo essas propostas em nossa prática cotidiana, para não corrermos o risco de cair numa nova institucionalização que, embora mais simpática do que o velho modelo asilar, pode vir a criar novos crônicos.

Várias questões se apresentam e precisam ser discutidas. Destacamos algumas.

O que torna uma oficina de fato terapêutica? Vários autores abordam a questão neste livro, enfatizando a relação terapeuta/paciente, a importância do pertencimento a um grupo, a convivência e comunicação com o outro, e o desenvolvimento do pragmatismo. A função terapêutica da oficina é dada de partida pela própria convivência que ela instaura, através da relação que se estabelece entre oficinairos e pacientes, e principalmente entre os pacientes. A convivência, portanto, tem lugar central no dispositivo terapêutico. Muitos transtornos mentais são marcados pela tendência ao isolamento, pela dificuldade de estabelecer vínculos afetivos e sociais. Mesmo que esse isolamento persista no cotidiano, fora da instituição, o momento de convivência nas oficinas é de vital importância.

O desenvolvimento do pragmatismo, freqüentemente bastante diminuído nas patologias graves, é outro aspecto importante. Vários usuários inicialmente apenas integram a oficina, constituem uma presença ausente, sem participar do “fazer” do grupo. O respeito pela “escolha” do paciente faz com que, no decorrer do processo, sua participação nas atividades oferecidas aumente.

Outro ponto a ser discutido é o trabalho nas oficinas como forma de geração de renda, também abordado por vários autores, sob diferentes pontos de vista. Qual a relação entre o “terapêutico” e a geração de renda? Em um dos textos apresentados, é questionada a naturalização tanto do trabalho como elemento terapêutico quanto da relação entre homem e trabalho, tal como a vemos hoje, sem sua dimensão histórica. Para os autores, o foco da questão seria a exclusão, e não o trabalho com resultados econômicos. Poder trabalhar, apesar da diferença, seria uma forma de inserção, embora não a única.

Outros autores afirmam que a formação profissionalizante contribui para a conquista da cidadania se houver participação, reflexão, diálogo. O usuário deve ser sujeito do processo, criar autonomia no pensar, ter capacidade de planejar o próprio trabalho e participar do processo de gestão. Um efeito terapêutico seria a modificação das representações da doença que o sujeito tinha ao iniciar o tratamento.

A experiência de outros lugares, como Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália, é apresentada por um dos autores, que discute as propostas de treinamento pré-profissional, emprego apoiado, empresa social etc.

Com relação ao produto obtido nas oficinas, seja um artesanato, uma pintura, um escrito, um objeto de arte e/ou utilitário, fica a pergunta: que destino pode ser dado ao produto de cada um dos participantes das oficinas?

Vários autores sugerem a necessidade de se instituírem pontos de venda e cooperativas como forma de comercializar os produtos, uma vez que, por problemas diversos, é muito difícil colocá-los no mercado regular.

Acreditamos, no entanto, que nossa principal tarefa consiste em possibilitar oportunidades de inserção do produto na rede de trocas simbólicas que lhe conferem valor. Esse valor, de início, não é necessariamente monetário. Gerar renda pode ser desejável, mas há uma tarefa preliminar a essa etapa, referente ao valor atribuído por cada um à sua produção. Devemos, portanto, considerar o valor simbólico do produto, isto é, sua função simbólica em oposição à idéia de pouco valor, como entendida no senso comum. O produto se faz “simbólico” quando escapa do automatismo, da pura repetição, do sem-sentido; quando é tornado público, investido pela cultura e pelas relações sociais. Por exemplo: a exposição de uma pintura ou desenho; a publicação de um escrito; uma apresentação musical ou de teatro etc. Um “produto” pode ainda ser presenteado, usado como enfeite ou utilitário, ou degustado como um prato culinário, entrando em circulação e na relação de trocas, mesmo antes de ser trocado por dinheiro. A venda seria uma espécie de coroamento das trocas simbólicas, e a geração de renda uma meta social mais ampla, a ser atingida nas cooperativas e em outras formas de trabalho protegido.

A geração de renda, meta visada em vários tipos de oficina, apresenta outra questão: como sustentar a geração de renda sem prejudicar o bom andamento da função terapêutica das oficinas? Dito de outro modo, como sustentar o trabalho sem que este se torne um “trabalho forçado”, já que, para gerar renda, é preciso manter certo nível de produção constante e, mesmo, freqüente? Essas indagações retomam as concepções de trabalho em jogo e a avaliação de sua função em cada caso e para cada paciente. A experiência de algumas cooperativas e/ou oficinas nos mostra que a participação dos usuários se dá de modo intermitente, de acordo com as possibilidades de cada um, mas o trabalho não pára. Aqui se desvincula produtividade de competência individual, em benefício dos participantes.

Embora essas questões estejam sendo freqüentemente rediscutidas em fóruns, seminários etc., e sejam temas de inúmeras dissertações e teses, a bibliografia disponível ainda é muito restrita. Daí a iniciativa da organização deste livro, que procurou reunir trabalhos de profissionais de diversos pontos do país, a fim de oferecer contribuições teóricas, bem como reflexões sobre a prática.

O livro apresenta textos que priorizam uma discussão mais abrangente de fundamentação do trabalho em oficinas, e outros que relatam experiências diversas e refletem sobre a prática.

Os primeiros textos analisam a criação em atividades que englobam letras, artes plásticas e música, assim como problematizam o trabalho dentro e fora das instituições de saúde mental. Em relação à prática, há relatos de

experiências muito distintas, no que se refere tanto às atividades descritas quanto aos diferentes locais e condições de realização das oficinas.

As contribuições provêm de diversos estados – Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro – e englobam estudos de caso e descrições de trabalhos desenvolvidos nos mais diversos locais e com clientela diversificada: adultos, terceira idade, crianças e adolescentes.

Esperamos assim contribuir para a discussão de questões fundamentais para uma concepção mais abrangente da clínica e para uma formulação mais consistente dos projetos de ressocialização no campo da saúde mental.